



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 58

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO**

**RELATÓRIO
09º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ**

Período de Correição: 10 a 14 de junho de 2019

Juíza Federal Titular: Paula Patricia Provedel Mello Nogueira

Juiz Federal Substituto: Marcos Paulo Secioso de Góes



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 59

1. ATOS PREPARATÓRIOS E METODOLOGIA DE TRABALHO (ART. 48, I, CNCR)

Partindo-se de levantamentos realizados no questionário pré-correição, nas informações obtidas da última correição e da inspeção judicial realizada na unidade, na verificação presencial, bem como nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Justiça Federal da 2ª Região, realizou-se a correição ordinária no 9º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro – RJ (09JEF-RJ), de 10 a 14/06/2019, em observância ao disposto nos artigos 1º a 13 da Resolução nº 496/2006 do Conselho da Justiça Federal (CJF); artigo 24, III, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF2); artigos 45 e seguintes da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região (CNCR) e da Portaria nº TRF2-PTC-2019/00139 da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região.

Na abertura e no encerramento dos trabalhos presenciais foram lavradas atas, nos termos do art. 46, § 2º, da CNCR.

Da realização da correição ordinária foram comunicados o Ministério Público Federal (Ofícios nº 05868 e nº 05869), a Advocacia-Geral da União (Ofício nº 05871), a Defensoria Pública da União (Ofícios nº 05913 até nº 05919) e a Ordem dos Advogados do Brasil (Ofícios nº 05873 e nº 05874), a Procuradoria da Fazenda Nacional (Ofício nº 05920) e a Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais (Ofício nº 06300), conforme o estabelecido na Portaria nº TRF2-PTC-2019/00139 da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região.

Segundo a Portaria PRRJ Nº 540 de 09 de maio de 2019, a Procuradora da República Drª Maria Cristina Manella Cordeiro foi designada para acompanhar os trabalhos desta correição, sem que, todavia, tenha apresentado qualquer pedido, crítica ou sugestão.

Não houve designação de representantes da AGU, OAB, DPU, PFN ou da Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais para acompanhar os trabalhos desta correição ordinária.

2. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE (ART. 48, II, CNCR)

9º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro (09JEF-RJ)

Juíza Federal Titular: Paula Patrícia Provedel Mello Nogueira, desde 20/03/2013.

Juiz Federal Substituto: Marcos Paulo Secioso de Góes, desde 26/04/2018.

Competência: previdenciária.

Fonte: questionário pré-correição.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 60

3. SERVIDORES E ESTAGIÁRIOS (ART. 48, II, CNCR)

Relativamente à quantidade de cargos prevista na lotação e a quantidade efetivamente existente no tocante aos analistas judiciários, técnicos judiciários (área administrativa e segurança e transportes), requisitados ou outros, tem-se o seguinte comparativo entre a última e a presente correição:

Data	Analistas Judiciários	Técnicos Judiciários	Técnicos Jud. de Segurança	Requisitados ou outros	Total de servidores	Quadro Previsto
Última correição	5	6	0	0	11	13 ¹
Atualmente	5	6	1	0	12	11

Há 03 servidores em teletrabalho. Não há servidores sem vínculo com o serviço público, em auxílio (cedidos por outros setores) ou requisitados (com vínculo com o serviço público).

Fonte: questionário pré-correição e entrevista presencial realizada durante a correição.

4. METAS DO CNJ (ART. 48, III, CNCR)

4.1 Cumprimento:

2018

Meta 1: 97,26%
Meta 2: 100%
Meta 3: 225,13%
Meta 5: 105,80%

2019 (até a data da verificação)

Meta 1: 109,58%
Meta 2: 100%
Meta 3: 120,63%
Meta 5: 92,59%

Não se aplicam à unidade correccionada as Metas CNJ/2019 n^{os} 4 (improbidade), 6 (ações coletivas), e tampouco as Metas específicas para os processos criminais.

Fonte: Portal de Estatísticas, em 05/06/2019.

4.2 Análise específica:

META 1 – Julgar mais processos que os distribuídos.

2019: Até a data de verificação a unidade cumpriu 109,58% da Meta 1/2019, contando com 1.357 processos distribuídos e 1.487 processos julgados.

Fonte: portal de estatísticas, em 05/06/2019.

¹ Em entrevista presencial a Diretora de Secretaria esclareceu que era 13 o número de servidores previstos para unidade em 2017, consoante o relatório da última correição, havendo equívoco no montante de 11 indicado no questionário pré-correição.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 61

2018: a unidade cumpriu 97,26% da Meta 1/2018, sendo 3.176 processos distribuídos e 3.088 processos julgados.

Fonte: portal de estatísticas, em 05/06/2019.

META 2 – Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar até 31/12/2019: Na Justiça Federal: no 1º e 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 e 85% dos processos distribuídos em 2015; nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2016.

2019: Até a data de verificação a unidade cumpriu 100% da Meta 2/2019.

Fonte: portal de estatísticas, em 05/06/2019.

2018: a unidade cumpriu 100% da Meta 2/2018.²

Fonte: portal de estatísticas, em 05/06/2019.

META 3 – Fomentar o alcance do percentual mínimo de 5% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos.

2019: Até a data da verificação a unidade atingiu 120,63% da Meta 3/2019.

Fonte: portal de estatísticas, em 05/06/2019.

2018: a unidade cumpriu 225,13% da Meta 3/2018.

Fonte: portal de estatísticas, em 05/06/2019.

META 4 - Identificar e julgar até 31/12/2019, FAIXA 1: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2016; FAIXA 2: 60% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2016.

O JEF não possui competência para processar e julgar ações por atos de improbidade administrativa ou ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública.

META 5 – Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que a de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.

2019: Até a data da verificação a unidade atingiu 92,59% da Meta 5/2019.

Fonte: portal de estatísticas, em 05/06/2019.

2018: a unidade cumpriu 105,80% da Meta 5/2018.

Fonte: portal de estatísticas, em 05/06/2019.

META 6 – FAIXA 3: 70% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2015, no 1º e 2º graus. FAIXA 2: 80% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2015, no 1º e 2º graus. FAIXA 1: 85% dos processos de ações coletivas distribuídas até 31/12/2015, no 1º e 2º graus.

O JEF não possui competência para processar e julgar ações coletivas.

METAS ESPECÍFICAS - CRIMINAL A (META 7)

² META 2/2018 – Julgar processos mais antigos. Identificar e julgar até 31/12/2018, pelo menos: Na Justiça Federal: 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013, 85% dos processos distribuídos em 2014 no 1º e 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015 nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 62

Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

O JEF não possui competência para processar e julgar ações criminais.

METAS ESPECÍFICAS - CRIMINAL B (META 8)

Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2016.

O JEF não possui competência para processar e julgar ações criminais.

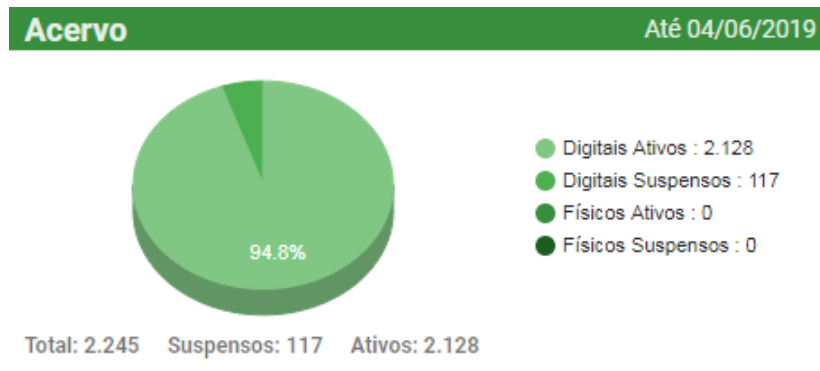
Sugestão: - Manter a estratégia de gestão e rotinas de trabalho utilizados neste ano, tomando as cautelas necessárias ao cumprimento das Metas do CNJ para 2019.

5 AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA (ART. 48, IV, CNCR)

A Resolução CJF 496/2006 estabelece em seu art. 12, parágrafo único, que “o exame dos processos pode ser feito por amostragem e tanto quanto possível, serão vistos as ações civis públicas, ações populares, mandados de segurança coletivos, ações de improbidade administrativa, ações relacionadas a interesses metaindividuais e processos criminais com réus presos, que tramitam na Vara e tendo em vista sua especial relevância para a atividade jurisdicional como um todo e pelo possível efeito “erga omnes” das decisões”.

In casu, o juízo correccionado não tem competência para processar e julgar as referidas ações.

6. EVOLUÇÃO DO ACERVO (ART. 48, V, CNCR)



Fonte: Painel de Indicadores, acesso em 05/06/2019.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 63

Resumo comparativo da evolução do acervo do juízo correccionado:

Acervo	Correição / 2017	Maio / 2018	Correição / 2019
Ativos	1.576	2.171	2.128
Suspensos	06	20	117
Total	1.582	2.191	2.245

Fonte: Portal de estatísticas, sistemas e-Proc e Apolo e relatório da correição/2017, em 05/06/2019.

7. PROCESSOS SUSPENSOS (ART. 48, V, CNCR)

7.1 Número de processos suspensos: 117.

7.2 Quantitativo de acordo com os motivos da suspensão:

Motivo da Suspensão	Sistema Apolo	Sistema Eproc	Total
Aguardando decisão de instância superior	04	13	17
Outros-fase processo execução	01	-	01
Repercussão geral	01	01	02
Suspensão por Recurso Especial Repetitivo	04	22	26
Suspensão por Recurso Extraordinário com Repercussão Geral	04	-	04
Suspensão por RESP repetitivo e REXT com repercussão geral	-	02	02
Aguarda decisão RESP repetitivo e REXT com repercussão geral	-	08	08
Aguarda decisão – recurso repetitivo STJ	-	53	53
Decisão Presidente STJ – IRDR	01	01	02
Cumprimento de Precatório/RPV	01	-	01
Suspensão por decisão judicial	-	01	01
Total Geral	16	101	117

Fonte: Portal de estatísticas, sistemas e-Proc e Apolo em 05/06/2019.

7.3 Por amostragem, foram analisados os processos a seguir

Processo	Motivo da suspensão	Data da suspensão	Situação
0074819-21.2016.4.02.5151	Por decisão judicial	05/10/2017	Processo suspenso por decisão judicial.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 64

0166574-92.2017.4.02.5151	Processo suspenso por recurso especial repetitivo	31/10/2018	Processo suspenso aguardando decisão do STJ no Recurso Especial nº 1.381.734 (Tema 979). Há associação de paradigma no sistema.
0032552-63.2018.4.02.5151	Aguarda decisão de instância superior	24/04/2019	Processo suspenso aguardando decisão do STJ no Recurso Especial nº 1.381.734 (repetitivo Tema 979). Não há associação de paradigma no sistema.

Fonte: Sistema Apolo em 05/06/2019.

e-Proc

Processo	Motivo da suspensão	Data da suspensão	Situação
5005661-36.2019.4.02.5101	Aguardando decisão de REsp repetitivo no STJ	06/02/2019	Processo suspenso em decorrência do REsp 1.554.596. Não há associação de paradigma no sistema.
5014110-80.2019.4.02.5101	Aguardando decisão de REsp repetitivo no STJ	19/03/2019	Processo suspenso em decorrência do paradigma REsp 1.554.596. Não há associação de paradigma no sistema.
5026139-02.2018.4.02.5101	Processo suspenso por REsp repetitivo	11/12/2018	Processo suspenso aguardando o trânsito em julgado do Recurso Especial 1.648.305/RS (evento 16). Em consulta ao andamento processual do referido REsp, verifica-se o trânsito em julgado em 21.03.2019, certificado em 06.06.2019. Há associação de paradigma no sistema.

Fonte: Sistema Apolo em 05/06/2019.

Sugestões: - Verificar se persiste o motivo de suspensão no processo nº 5026139-02.2018.4.02.5101, uma vez que o Recurso Especial 1.648.305/RS referido no evento 16 transitou em julgado em 21.03.2019, conforme certificado em 06.06.2019 pelo STJ.

- Associar nos sistemas Apolo e e-Proc os respectivos paradigmas pelos quais estão suspensos os processos nº 0032552-63.2018.4.02.5151, nº 5005661-36.2019.4.02.5101 e nº 5014110-80.2019.4.02.5101.

8. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS (ART. 48, V, CNCR)

8.1 Produtividade

No ano de 2018 foram proferidas: 13.836 decisões / despachos e 3.269 sentenças.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 65

Em 2019, até a data de verificação, foram proferidas pela unidade: 6.110 decisões / despachos e 1.593 sentenças.

e-Proc

		DECSÕES/DESPACHOS	SENTENÇAS
Produtividade	2018 9º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro	5123	1436
	2019 9º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro	5171	1568

Apolo

		DECSÕES/DESPACHOS	SENTENÇAS
Produtividade	2018 09º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro	8713	1833
	2019 09º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro	939	25

Fonte: Portal de Estatísticas, em 05/06/2019.

8.2 Produção segundo a classificação de sentenças

Depreende-se da Resolução nº 535 do CJF, de 18 de dezembro de 2006, que as sentenças proferidas no âmbito da Justiça Federal se classificam conforme os seguintes critérios:

TIPO DE SENTENÇA	DESCRIÇÃO
Sentença Tipo A	Sentenças cíveis que extinguem o processo com resolução do mérito com fundamentação individualizada (art. 2º, I)
Sentença Tipo B	Sentenças cíveis que extinguem o processo com resolução do mérito repetitivas e homologatórias. Consideram-se repetitivas as que não envolvem análise específica do caso para resolução do mérito, utilizando-se o magistrado de idênticos fundamentos constantes de sentença anteriormente prolatada, embora questões preliminares diversas tenham sido apreciadas (art. 2º, II).
Sentença Tipo C	Sentenças cíveis que extinguem o processo sem resolução do mérito (art. 3º).
Sentença Tipo D	Sentenças penais condenatórias e as absolutórias, bem como as de rejeição de queixa e as de denúncia (art. 4º).
Sentença Tipo E	Sentenças extintivas de punibilidade ou de suspensão condicional da pena (SURDIS) (art. 5º).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 66

Relativamente à produção de sentenças por classe, a unidade apresenta os seguintes dados, os quais não foram somados em razão da não uniformidade da classificação nos sistemas:

APOLO:			E-PROC		
Tipo	Descrição	Quantidade	Tipo	Descrição	Quantidade
A	Fundamentação individualizada	1.301	A	Fundamentação individualizada	895
B1	Homologatória de acordo	61	B	Repetitivas e homologatórias	176
B2	Repetitiva (padronizada)	69	C	Sem resolução do mérito	549
C	Sem resolução do mérito	135	D	Sentença penal	-
D1	Penal condenatória	-	E	Extintiva de punibilidade	-
D2	Penal absolutória	-	O	Embargos infringentes	-
D3	Rejeição de queixa	-	P	Embargos de Declaração	47
D4	Rejeição de denúncia	-	Conciliação		80
E1	Extintiva de punibilidade	-			
E2	Suspensão condicional da pena	-			
EMBDECL.	Embargos de Declaração	76			

Fonte: Sistema Apolo, acesso em 05/06/2019.

Fonte: Sistema e-Proc, acesso em 05/06/2019.

Incumbe exclusivamente aos juízes federais da 2ª Região a classificação dos tipos de sentenças em conformidade com os critérios estabelecidos na Resolução na Resolução CJF 535/2006, arts. 192 a 193 da CNCR e Ofícios-Circulares T2-OCI-2010/00004, 2011/00013 e 2011/00099. Consoante a seleção aleatória dos processos listados abaixo, constatou-se o cumprimento da exigência:

APOLO			
TIPO A	TIPO B1	TIPO B2	TIPO C
0214673-93.2017.4.02.5151	0172550-80.2017.4.02.5151	0021282-42.2018.4.02.5151	0213325-40.2017.4.02.5151
0223668-95.2017.4.02.5151	0230974-18.2017.4.02.5151	0012881-54.2018.4.02.5151	0501208-07.2018.4.02.5151
0200179-29.2017.4.02.5151	0186458-10.2017.4.02.5151	0020648-46.2018.4.02.5151	0503254-03.2017.4.02.5151

Fonte: sistema Apolo, em 05/06/2019.

EPROC



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 67

TIPO A	TIPO B	TIPO C
5000005- 35.2018.4.02.5101	5006300- 88.2018.4.02.5101	5001833- 66.2018.4.02.5101
5003131- 93.2018.4.02.5101	5007347- 97.2018.4.02.5101	5005608- 89.2018.4.02.5101
5005977- 83.2018.4.02.5101	5003334- 55.2018.4.02.5101	5016030- 26.2018.4.02.5101

Fonte: sistema e-Proc, em 05/06/2019.

8.3 Audiências

8.3.1 Total de audiências realizadas:	175 audiências
Juiz Federal:	95 audiências
Juiz Federal Substituto:	80 audiências

O tempo médio entre o despacho de designação da audiência e a realização do ato é de 75 dias. A unidade utiliza o registro audiovisual de audiências nos termos dos artigos 136 e seguintes da CNCR, cujo sistema funciona a contento.

Fonte: questionário pré-correição.

8.3.2 Verificado, por amostragem, o andamento de processos em que designadas audiências, não foram constatadas remarcações ou adiamentos em razão de erro cartorário:

APOLO	EPROC
0171325-15.2016.4.02.5101 - audiência realizada em 06/06/2018 (fls. 535/536).	5036914-76.2018.4.02.5101 - audiência realizada em 25/04/2019. (Evento 27).
0137370-03.2017.4.02.5151 - audiência realizada em 15/06/2018 (fls. 133/134) e 30/08/2018 (fls. 142/143).	5004279-42.2018.4.02.5101 - audiência realizada em 29/11/2018 (Evento 41).
0026790-66.2018.4.02.5151 - audiência realizada em 19/06/2018 (fls. 111/112).	5045378-89.2018.4.02.5101 - carta precatória - audiência realizada em 14/03/2019 (Evento 25).

Fonte: sistemas Apolo e e-Proc, em 05/06/2019.

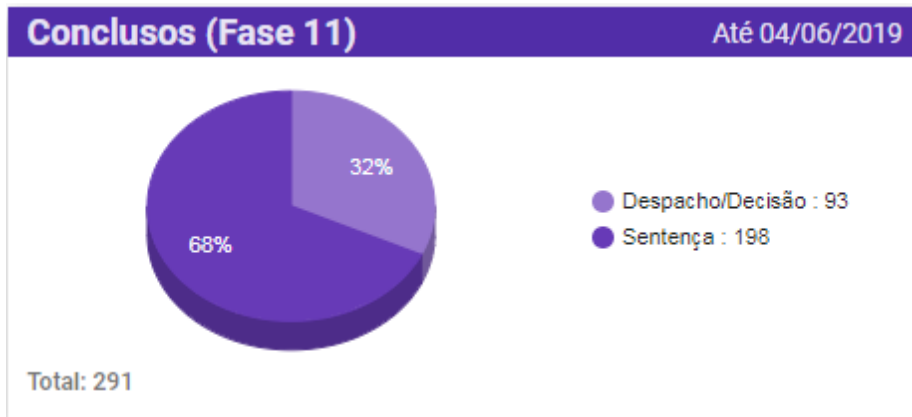
9. ACERVO CONCLUSO E CUMPRIMENTO DE PRAZOS (ART. 48, V, CNCR)

9.1 Acervo concluso



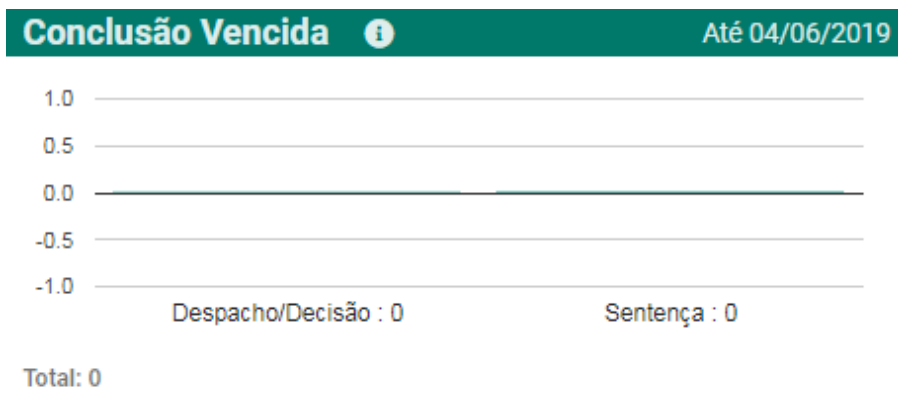
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 68



Fonte: Painel de Indicadores, em 05/06/2019.

9.2 Conclusão vencida



Fonte: Painel de Indicadores, em 05/06/2019.

9.2.1 Conclusos para despacho ou decisão por mais de 60 dias (art. 57, I, “a”, CNCR) (verificação por amostragem)

Não há processos nesta situação.

9.2.2 Conclusos para sentença ou julgamento em sessão, por mais de 150 dias (120 dias para os Juizados Especiais Federais) (art. 57, II, “a”, CNCR c/c art. 57, §2º, CNCR) (verificação obrigatória)

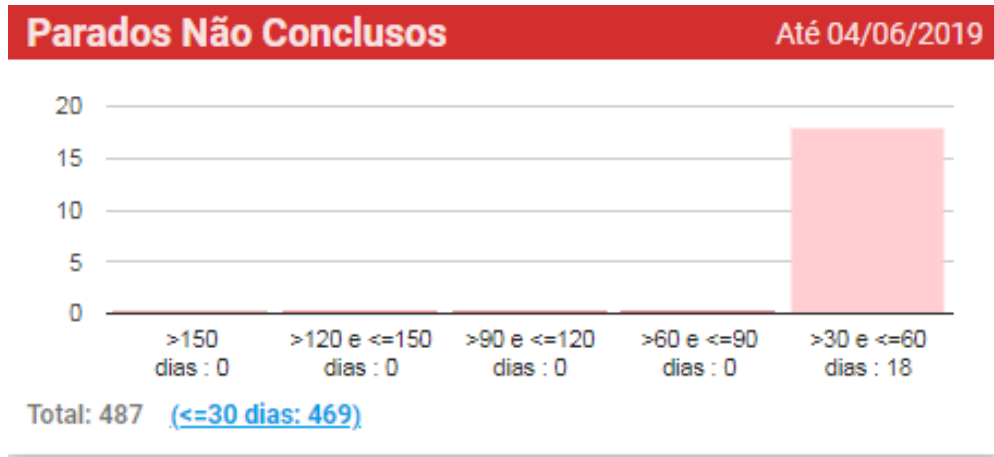
Não há processos nesta situação.

9.3 Parados não conclusos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 69



Fonte: Painel de Indicadores, em 05/06/2019.

9.3.1 Sem movimentação pela Secretaria do Juízo há mais de 60 dias, das classes cíveis, criminais e Juizados Especiais (art. 57, I, “c”, CNCR) – (verificação por amostragem)

Não há processos nesta situação.

9.3.2 Sem movimentação pela Secretaria há mais de 150 dias (art. 57, II, “b”, CNCR) (verificação obrigatória)

Não há processos nesta situação.

10. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA (ART. 48, V, CNCR)

Total de processos em segredo de justiça³: 44 processos (todos do e-Proc).

Fonte: sistemas Apolo e e-Proc, em 05/06/2019.

Foram analisados os seguintes processos por amostragem:

Processo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	
----------	---------	---------	---------	---------	---------	--

³ Tipos de segredo (art. 173 da CNCR):

Nível 0: autos públicos – visualização por todos os usuários internos e órgãos públicos.

Nível 1: segredo de justiça – visualização somente pelos usuários internos e partes do processo.

Nível 2: sigilo - visualização somente pelos usuários internos e órgãos públicos.

Nível 3: sigilo - visualização somente pelos usuários internos do juízo em que tramita o processo;

Nível 4: sigilo - visualização somente pelos usuários com perfil de Magistrado, Diretor de Secretaria e Oficial de Gabinete;

Nível 5: Restrito – restrito ao Juiz – visualização somente pelo magistrado ou por quem a ele atribuir.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 70

						Observações (arts. 172 e 173 da CNCR)
5000578-39.2019.4.02.5101	Sim	—	—	—	—	Não foram encontradas peças marcadas com sigilo nível 1 ou decisão judicial determinando o sigredo.
5004437-63.2019.4.02.5101	Sim	—	—	—	—	Documentos juntados com a petição inicial (evento 1) marcados como sigilosos. Não há decisão judicial determinando o sigredo.
5009294-89.2018.4.02.5101	Sim	—	—	—	—	Não foram encontradas peças marcadas com sigilo nível 1 ou decisão judicial determinando o sigredo.
5032684-54.2019.4.02.5101	Sim	—	—	—	—	Não foram encontradas peças marcadas com sigilo nível 1 ou decisão judicial determinando o sigredo.
5047132-66.2018.4.02.5101	Sim	—	—	—	—	Não foram encontradas peças marcadas com sigilo nível 1 ou decisão judicial determinando o sigredo.

Sugestão: - Verificar se há necessidade de sigilo de peças nos processos indicados no item 10.

11. RPVs E PRECATÓRIOS

EPROC - A unidade correccionada cadastrou 727 requisitórios de pequeno valor (RPVs), nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/06/2018 a 31/05/2019).

Por amostragem, foram analisados os seguintes os processos:

Processo	Precatório ou RPV	Data do cadastro	Valor (R\$)	Determinação do juiz para expedição do requisitório	Valor cadastrado corresponde ao determinado pelo juiz
50016258220184025101	PRECATÓRIO	16/06/2019	84.211,43 evento 113	Evento 102	Sim.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 71

50015001720184025101	RPV	30/11/2018	8.213,25 Evento 46	Evento 28	Sim.
50000686020184025101	RPV	03/12/2018	38.094,61 Evento 79	Evento 72	Sim.
50006818020184025101	RPV	03/12/2018	26.202,45 Evento 59	Evento 56	Sim.

Fonte: e-Proc, em 14/06/2019.

APOLO

A unidade correccionada cadastrou 04 precatórios e 690 requisitórios de pequeno valor (RPVs) nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/06/2018 a 31/05/2019).

Por amostragem, foram analisados os seguintes os processos:

Processo	Precatório ou RPV	Data do cadastro	Valor (R\$)	Determinação do juiz para expedição do requisitório	Valor cadastrado corresponde ao determinado pelo juiz
00340471620164025151	PRECATÓRIO	21/06/2018	109.899,99 fl. 464	Decisão em 13/06/2018 Fls. 459/460	Sim
01836592820164025151 Processo migrado para o e-Proc	PRECATÓRIO	06/06/2018	64.539,59 Evento 86	Decisões em 20/04/2018 Evento 77	Sim
01709476920174025151	RPV	06/07/2018	10.672,26 fl. 106	Sentença em 03/05/2018 Fls. 87/90 e cálculo fl. 101	Sim

Fonte: Portal de Estatísticas, em 05/06/2019.

12. ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE, SETORIZAÇÃO E PROCESSAMENTO (ART. 48, V, CNCR)

12.1 Forma de organização da unidade

A Secretaria (7 servidores e 2 estagiários) divide-se em dois grupos. O primeiro incumbe-se do processamento dos processos que demandem perícias médicas e o segundo dos demais processos. A Secretaria também responde por todos os atos cartorários, incluindo análise de petições iniciais com ou sem pedido de tutela de urgência, bem como o lançamento de minutas de sentenças tipo B e C, além da fase de execução. Por seu turno, o Gabinete (5 servidores e 2 estagiários) possui a responsabilidade de elaborar as minutas de sentenças tipo A e de preparação das audiências.

São realizadas reuniões periódicas entre a diretora, os supervisores e oficial de gabinete com o objetivo de estabelecer metas e aprimorar rotinas. É elaborado relatório



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 72

estatístico da evolução de acervo, processos distribuídos, recebidos, suspensos, etc. Cabe realçar que essa planilha foi desenvolvida pelo própria Unidade, cuja concepção coube ao Dr. Marcos Paulo Secioso de Góes.

Quanto as Metas do CNJ, estes são acompanhados mensalmente pelos servidores com atribuição de gestão.

No tocante à implantação do e-Proc, dois servidores receberam treinamento, passando os ensinamentos posteriormente aos demais por meio de reuniões, inclusive com equipamento projetor, o que satisfaz às necessidades do Juizado. Assinalou, ainda, que posteriormente vários servidores fizeram o curso sobre rotinas de secretaria a distância (EAD).

Fonte: questionário pré-correição e entrevista presencial realizada durante a correição.

12.2 Balcão de entrada e recebimento de petições iniciais

Os novos processos que chegam ao balcão de entrada são verificados por dois estagiários, que abrem a conclusão e os colocam em um localizador específico. Procedem ao primeiro exame da competência do juízo e ao cadastramento do assunto no e-Proc. Quando há incapacidade como objeto da lide eles inserem lembrete com a especialidade.

Em 05/06/2019, às 18:34h, o balcão de entrada do JEF no sistema Apolo contava com 18 processos, sendo 9 petições intercorrentes, 4 processos migrados para o e-Proc, 2 mandados para juntar, 1 baixa findo e 2 RPVs, sendo o mais antigo datado de 18/05, indicando a inexistência de atraso no recebimento das petições iniciais. Já no e-Proc, em 05/06/2019, às 18:37h, não havia processos no balcão de entrada

Fonte: Apolo - balcão de entrada: 05/06/2019, às 18:34h; e-Proc - balcão de entrada: 05/06/2019, às 18:37h.

12.3 Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários

Os processos considerados prioritários pela unidade são aqueles cujo objeto versa sobre benefícios de incapacidade e assistências (LOAS), além dos processos com pedido liminar. Após, a prioridade é dos processos mais antigos.

Em consulta ao sistema e-Proc, na data de 12/06/2019, constatou-se a existência de 8 processos no localizador “urgente” e “urgente JEF”, sendo a inclusão mais antiga no localizador em 05/06/2018, conforme rol dos processos há mais tempo no localizador:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 73

Seção Judiciária do Rio de Janeiro - LUIS EDUARDO BRAGA DE MELO (1216094) Pesquisa RUIQUEB9 / SERVIDOR DE SI

eproc - Lista de Processos por Localizador

Localizador: URGENTE - URGENTE Juízo: Filtar por: Rito do Processo:

Gerenciar Localizadores

Localizadores ATUAIS

ATENÇÃO: Os localizadores ATUAIS marcados serão excluídos e os processos serão incluídos no "Novo Localizador" indicado.

Apções: Alterar Localizador | Citar em Bloco | Citar Minutas em Lote | Incluir Lembretes em Bloco | Intimação em Bloco | Movimentação em Bloco | Perícias em Bloco | Requisição APS em Bloco | Verificar Impedimentos

Abri os processos selecionados em abas/abas

✓ Número Processo	Classe	Autores Principais	Réus Principais	Localizadores	Último Evento	Inclusão no localizador
5032730-89/2019.4.02.5101 Sem Sigilo (Nível D)	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL Antecipação de Tutela	JOSEFA MENEZES DOS SANTOS	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS Sem Procurador associado	URGENTE	11/06/2019 16:27:04 Redistribuído por prevenção ao juízo	11/06/2019 16:27:04
5033145-26/2019.4.02.5101 Sem Sigilo (Nível D)	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL Antecipação de Tutela	MARCILO DA SILVA Sem Procurador associado	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	URGENTE	07/06/2019 17:53:48 Redistribuído por prevenção ao juízo	07/06/2019 17:53:48
5022975-92/2019.4.02.5101 Sem Sigilo (Nível D)	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	NILTON JORDAO TAVARES	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS Sem Procurador associado	URGENTE	10/06/2019 12:35:43 Redistribuído por prevenção ao juízo	10/06/2019 12:35:43

✓ Número Processo	Classe	Autores Principais	Réus Principais	Localizadores	Último Evento	Inclusão no localizador
5037956-29/2019.4.02.5101 Sem Sigilo (Nível D)	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL Antecipação de Tutela	ROSIMERE PEREIRA DE CARVALHO	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS Sem Procurador associado	URGENTE JEF	11/06/2019 16:41:32 Distribuído por sorteio	11/06/2019 16:41:32
5037900-93/2019.4.02.5101 Sem Sigilo (Nível D)	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL Antecipação de Tutela Pessoa com deficiência	BEATRIZ DOS SANTOS RODRIGUES	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS Sem Procurador associado	URGENTE JEF	11/06/2019 15:09:49 Distribuído por sorteio	11/06/2019 15:09:49
5037869-73/2019.4.02.5101 Sem Sigilo (Nível D)	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL Antecipação de Tutela Idoso	MARIA JOSE COSTA SIQUEIRA Sem Procurador associado	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS Sem Procurador associado	URGENTE JEF	11/06/2019 14:26:39 Distribuído por sorteio	11/06/2019 14:26:39
5037826-39/2019.4.02.5101 Sem Sigilo (Nível D)	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL Antecipação de Tutela	REINALDO DA SILVA PEDROSA	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS Sem Procurador associado	URGENTE JEF	11/06/2019 13:24:33 Distribuído por sorteio	11/06/2019 13:24:33
5036598-29/2019.4.02.5101 Sem Sigilo (Nível D)	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL Antecipação de Tutela Doença Crônica	INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS Sem Procurador associado	URGENTE JEF	05/06/2019 14:50:54 Distribuído por sorteio	05/06/2019 14:50:54

Fonte: entrevista presencial realizada durante a correição e sistemas Apolo / e-Proc.

12.4 Documentos pendentes de juntada



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 74



Fonte: painel de indicadores da Corregedoria. Data da verificação: 05/06/2019, às 14:31hs

Inspecionadas os seguintes documentos que aguardam juntada:

Processo	Número da petição	Síntese do pedido	Dias que aguarda juntar	Local do processo
0021704-08.2004.4.02.5151	2019.7162.001553-9	Desarquivamento e expedição do alvará judicial	25 dias	9º JEF
0039794-64.2004.4.02.5151	2019.7162.001550-4	Desarquivamento e expedição do alvará judicial	25 dias	9º JEF
0085566-84.2003.4.02.5151	2019.7162.001762-0	Desarquivamento e pagamento de RPV	4 dias	Arquivo Geral
0007937-97.2004.4.02.5151	2019.7162.001547-4	Desarquivamento e expedição do alvará judicial	30 dias	Arquivo Geral

Foi encontrada 01 petição física pendente de juntada, no momento da elaboração deste módulo, conforme abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 75

- 2019.7162.001547-4 (0007937-97.2004.4.02.5151) – Conteúdo: pedido de desarquivamento e expedição de alvará de pagamento, em 22/09/2014. O Setor de Arquivamento escreveu a seguinte mensagem na Movimentação Unitária de Processo no sistema Apolo: “Em fase de localização pela SEARQ (Seção de Arquivamento) Ramal 6659. JRJTIM 23/05/19”.

12.5 Processamento entre a Secretaria e o gabinete de apoio ao Magistrado

Todos os processos que se encontram prontos para julgamento e aqueles em que há complexidade de conteúdo jurídico são remetidos ao Gabinete para elaboração das minutas de decisão ou sentença.

Fonte: entrevista presencial realizada durante a correição.

12.6 Fluxo dos processos após a sentença

A Secretaria é responsável pela fase de execução, exceto quanto aos assuntos de grande complexidade, que são resolvidos pelo Gabinete.

Fonte: entrevista presencial realizada durante a correição.

12.7 Remessa externa

O mapa extraído do sistema Apolo indica a existência de 05 processos remetidos com prazo vencido na unidade, sendo os mais antigos:

Processo	Destino	Motivo	Data da remessa	Expiração	Dias vencidos
0125780-29.2017.4.02.5151	INSS	Vista	12/03/2019	22/03/2019	75
0166624-45.2017.4.02.5151	INSS	Vista	04/04/2019	08/04/2019	58
0125780-29.2016.4.02.5101	DPU	Vista	12/03/2019	28/03/2019	69

Fonte: Relatório de processos remetidos do Apolo – data verificação: 10/05/2019

Sugestões: - Regularizar a pendência de juntada de documentos nos respectivos processos.

- Determinar a devolução dos autos que se encontram remetidos além do prazo.

13. MATERIAIS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

No tocante ao regramento do registro, guarda e destinação de bens e documentos apreendidos e/ou acautelados destacam-se as Resoluções n.º 63, de 16/12/2008, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010 o Manual de Bens Apreendidos do CNJ, de 2011, a Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005, e arts. 180 e 181 da CNCR.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 76

Em 10/06/2019, durante a Correição, o cofre do juízo, cujas imagens seguem abaixo, foi aberto na presença dos servidores da Corregedoria, Patrícia Lerner Basso e Luís Eduardo Braga de Melo, e servidores do Juizado, Ana Cristina Botelho Santos e João Luiz Macedo do Nascimento. Havia apenas uma máquina fotográfica pertencente ao Juiz Federal Substituto que, segundo a Diretora de Secretaria, é eventualmente emprestada aos Oficiais de Justiça para o cumprimento das diligências.



A unidade mantém os materiais acautelados em uma pasta plástica, na Secretaria, havendo 04 itens, os quais foram analisados conforme quadro a seguir:

Processo	Data do acautelamento	Item Acautelado	Correspondência do registro APOLO com o acautelado	Observação
0188244-89.2017.4.02.5151	10/06/19	Recibos de pagamento manuscritos, (despacho de fls. 285).	Não há registro no Apolo.	Processo encontra-se no Juizado aguardando manifestação da parte autora.
0129006-13.2015.4.02.5151	18/04/2016	Demonstrativo de pagamento (contracheques), conforme fls. 245/246)	Não há registro no Apolo.	Processo encontra-se no Juizado aguardando a retirada pelo autor dos documentos acautelados.
5003081-67.2018.4.02.5101	01/08/2018	Guias de recolhimento do INSS e CTPS nº 58718.	Não há registro no e-Proc.	Processo encontra-se na Turma Recursal para julgamento de recurso. O item continua acautelado, todavia sem termo de acautelamento.

Sugestão: - Regularizar o acautelamento de materiais, conforme o disposto no art. 181 da CNCR c/c o art. 1º da Resolução CJF nº 428/05 (termo nos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 77

autos indicando o local de custódia, o bem acautelado, número do processo e nome das partes, bem como anotação no sistema eletrônico de acompanhamento processual e aviso nos autos).

14. LIVROS E PASTAS (ART. 47, III, CNCR)

A unidade correccionada dispõe dos seguintes livros e pastas obrigatórios (art. 128, CNCR), a saber:

I – Todas as Varas e Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais:

- (S) livro de ponto dos servidores;
- (S) livro de reclamações, sugestões e elogios;
- (S) pasta de controle de frequência dos estagiários;
- (S) pasta de atas e termos de audiências digitalizados inseridos no sistema de acompanhamento processual;
- (S) pasta de registro de impedimentos, suspeições, afastamentos de magistrados atuantes no Juízo e cópia de certidões de remessa de autos ao juízo tabelar;
- (S) pasta de registro de remessas de autos e documentos pelos Correios;
- (S) pasta de preservação da Memória Institucional (art. 33, Resolução CJF 318/2014);
- (S) pasta de registro de documentos, bens e materiais acautelados no juízo ou em local por ele designado;

II - Varas e Juizados Federais com competência criminal:

- (NA) pasta de controle de comparecimento periódico em juízo em razão de medida cautelar (art. 319, CPP) ou suspensão condicional do processo ou da pena;
- (NA) pasta de remessa de autos à Câmara de Coordenação e Revisão Criminal;

III - nos juízos em que haja processos, apensos ou anexos físicos ativos, suspensos ou aguardando retorno das instâncias superiores, exclusivamente para registros relativos a esses autos:

- (NA) livro de carga de autos a advogados, partes e auxiliares do Juízo;
- (NA) livro de carga ao Ministério Público;
- (NA) livro de entrega de autos às partes sem traslado

Observação: foi utilizado S para sim, N para não e NA para não se aplica.

O livro de ponto, que iniciou em 08/01/2018 e se encontra concluído, s.m.j., não possui o termo de encerramento, conforme determina o art. 129, I da CNCR. A pasta de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 78

registro de remessas de autos e documentos pelos Correios não possui termo de abertura e indicação resumida de sua finalidade, conforme artigo 129, I e II, da CNCR.

O livro de reclamações, sugestões e elogios está regular. Há um registro de elogio em 4 de fevereiro de 2019, endereçado ao servidor Gilberto Casati pela presteza e simpatia no atendimento, bem como ao Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal Substituto, Dr. Marcos Paulo Socioso Góes, por receber e ouvir o advogado com urbanidade, bem como prestar esclarecimentos jurídicos.

Sugestão: - Regularizar o livro de ponto e a pasta de remessa de autos e de documentos pelos Correios de acordo com o disposto no art. 129, I e II, da CNCR.

15. INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA E INSTALAÇÕES FÍSICAS (ART. 48, VIII, CNCR)

O 09º JEF do Rio de Janeiro está localizado no 6º andar do Bloco A, na Av. Venezuela, 134 – Saúde – CEP: 20.081-312, com boas instalações físicas, conservadas e limpas.

O corredor de acesso ao Juizado é amplo e o balcão de atendimento ao público externo é acessível.

As estações de trabalho estão bem distribuídas na Secretaria, bem como na sala de apoio aos gabinetes, de modo a facilitar a circulação.

Conforme recomendado na última correição ordinária, a disposição do mobiliário da Secretaria permite a visualização geral das instalações por quem está diante do balcão de atendimento.

Os banheiros exclusivos para os servidores são limpos. As mesas e cadeiras estão em bom estado de conservação e são adequadas, segundo os padrões da Justiça Federal. Existe uma pequena copa, com local para refeições, havendo pia, bebedouro, forno e micro-ondas.

Os Gabinetes dos Juízes Federais Titular e Substituto são amplos, com mesas, poltrona, estante, frigobar e banheiro privativo.

A sala de audiências está bem conservada, e, segundo a Diretora de Secretaria, em entrevista durante a correição, atende bem às necessidades do juízo.

A refrigeração no prédio é feita através de sistema de ar condicionado central.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 79

No tocante à informática, há um total de 19 computadores. Todas as máquinas estão equipadas com 2 monitores em LCD. Há quatro impressoras instaladas: duas na Secretaria, uma na sala de apoio aos gabinetes, e uma na sala de audiências.

16. DEMANDAS E BOAS PRÁTICAS (ART. 48, IX, CNCR)

Instada a relacionar as boas práticas, eventuais dificuldades vivenciadas, bem como demandas e soluções propostas, inclusive quanto aos setores administrativos, o Juízo assim se manifestou:

“O Juízo vem obtendo êxito no controle do acervo através da medição mensal dos dados do processamento. Além do controle das Metas estabelecidas por essa E. Corregedoria e pelo Conselho Nacional de Justiça, dispõe a unidade de planilha própria que possibilita avaliar eventuais gargalos no processamento. Resumo dos resultados é compartilhado com todos os servidores através das anotações realizadas no quadro em destaque na Secretaria.

O ambiente de trabalho é de ótima qualidade, estando os magistrados disponíveis para escutar quaisquer sugestões oriundas de servidores ou estagiários.

(...)

A unidade vem enfrentando dificuldades para manutenção do quadro de peritos do Juízo, tendo em vista a escassez de recursos para pagamento dos honorários periciais custeados através do AJG, sistema de assistência judiciária gratuita. Muitos profissionais pediram seu desligamento e outros forneceram datas mais distantes devido ao problema enfrentado.

Outra dificuldade enfrentada que é a correspondente ao pedido de desarquivamento de feitos junto ao Setor responsável. Este, no momento da solicitação de desarquivamento, presta informações equivocadas, ora informando que determinado processo foi eliminado quando não havia sido, ora respondendo com um pedido para que seja realizada a solicitação, em outro dia.

Foram enviados e-mails aos supervisores do referido Setor, com cópia para a Direção do Foro.

Será oficiada à Direção do Foro solicitando que tais práticas sejam abolidas, com o intuito de evitar o retrabalho pelos servidores do Juízo.

Foram observados atrasos no cumprimento de mandados por oficiais de justiça, em localidades consideradas como de risco”.

Sugestão: - Expedição de ofício por esta Corregedoria, ao Diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, a fim de cientificá-lo das dificuldades enfrentadas pelo juízo correccionado junto ao setor de arquivamento, bem como dos atrasos no cumprimentos de mandados pelos Oficiais de Justiça relatados no item 16.

17. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DO ÓRGÃO CORRECCIONADO EM FACE DA INSPEÇÃO E DAS RECOMENDAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR (ART. 48, VI, CNCR)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 80

Relativamente ao relatório de **Inspecção referente ao ano de 2018**, não houve comentário adicional ou esclarecimento solicitado por esta Corregedoria.

O processo nº 0100285-13.2017.4.02.0000, relativo à **Correição Ordinária realizada de 05 a 09/06/2017**, foi baixado em 10/04/2018.

Não houve recomendações à unidade jurisdicional na correição de 2017, conforme decisão prolatada pela Exma. Corregedora Regional em 04/10/2017, a qual foi seguida à unanimidade pelo órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (fls. 759/762).

18. COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES

Sugere-se ao órgão correccionado, que deverá em 30 (trinta) dias encaminhar à Corregedoria relatório informando as providências implementadas para:

- 1) Manter as rotinas de trabalho e a estratégia de gestão utilizadas neste ano, tomando as cautelas necessárias ao cumprimento das Metas do CNJ para 2019 (item 4).
- 2) Verificar se persiste o motivo de suspensão no processo nº 5026139-02.2018.4.02.5101, uma vez que o Recurso Especial 1.648.305/RS referido no evento 16 transitou em julgado em 21.03.2019, conforme certificado em 06.06.2019 pelo STJ (item 7).
- 3) Associar nos sistemas Apolo e e-Proc os respectivos paradigmas pelos quais estão suspensos os processos nº 0032552-63.2018.4.02.5151, nº 5005661-36.2019.4.02.5101 e nº 5014110-80.2019.4.02.5101 (item 7).
- 4) Verificar se há necessidade de sigilo de peças nos processos indicados no item 10.
- 5) Regularizar a pendência de juntada de documentos nos respectivos processos (item 12).
- 6) Determinar a devolução dos autos que se encontram remetidos além do prazo (item 12).
- 7) Regularizar o acautelamento de materiais, conforme o disposto no art. 181 da CNCR c/c o art. 1º da Resolução CJF nº 428/05 (termo nos autos indicando o local de custódia, o bem acautelado, número do processo e nome das partes, bem como anotação no sistema eletrônico de acompanhamento processual e aviso nos autos) (item 13).
- 8) Regularizar o livro de ponto e a pasta de remessa de autos e de documentos pelos Correios de acordo com o disposto no art. 129, I e II, da CNCR (item 14).

Sugere-se, ainda, que a Corregedoria expeça ofício ao Diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, a fim de cientificá-lo das dificuldades enfrentadas pelo juízo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 81

correcionado junto ao setor de arquivamento, bem como dos atrasos no cumprimentos de mandados pelos Oficiais de Justiça relatados no item 16 do presente relatório.

19. ENCERRAMENTO

Tudo verificado, submeto a Vossa Excelência o presente relatório, elaborado pelo servidor da Corregedoria Regional LUÍS EDUARDO BRAGA DE MELO (matrícula 16.004) e revisado por PATRÍCIA LERNER BASSO (matrícula 16.025), que ora subscreve.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 2019.

PATRÍCIA LERNER BASSO
Assessor Judiciário